

CURRÍCULO E A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03

Erinaldo Ferreira do Carmo

Érica Patrícia Barbosa de Oliveira

Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo debater as contribuições do estudo da geopolítica dos povos africanos, na parte diversificada do currículo do Colégio de Aplicação da UFPE. Ao longo da história brasileira, a educação formal vem privilegiando em seu currículo a reprodução da cultura dominante em detrimento da cultura de grupos sociais marginalizados, entre eles os negros. Dessa forma, o abandono de uma cultura inteira pelas escolas, livros didáticos e sistemas educacionais precisa ser compensado agora com a busca por conhecimentos de um continente que fora acintosamente esquecido. Em cumprimento a Lei nº 10.639/03, (que torna obrigatória a inserção no currículo das instituições públicas e privadas de ensino do país, os estudos sobre os as contribuições dos povos africanos no país), o CAp-UFPE oferta a disciplina “África: cinema, geografia e política” como Parte Diversificada do currículo, além do curso de extensão “O Cinema em Sala de Aula”, com o objetivo de possibilitar o estudo da África a partir de filmes produzidos com temáticas relacionadas a esse continente, tendo como subsídio os conteúdos de outras áreas de conhecimento. Desse modo, este trabalho foi constituído a partir das etapas vivenciadas neste processo, que envolveu além da apresentação dos filmes, leitura de textos selecionados e debates sobre a temática abordada. Como conclusões deste estudo, entendemos que a realização da disciplina da PD sobre a África, em conjunto com a atividade de extensão, possibilitou a construção das etapas de formação do conhecimento de modo a concretizar uma aprendizagem real.

Palavras-chave: Currículo no Brasil, África, Ensino-aprendizagem.

RESUMÉ

Ce travail vise à discuter de la contribution de l'étude de la géopolitique des peuples africains, dans les programmes scolaires sur l'école de l'application (Colégio de Aplicação - CAp), l'Université fédérale de Pernambuco (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE). Le long de l'histoire du Brésil, éducation formelle vient promouvoir sur votre programmes scolaires, la lecture de la culture dominante au détriment des groupes sociaux marginalisés, parmi les noirs. Ainsi, l'abandon de toute une culture à travers les écoles, les manuels et les systèmes éducatifs doivent être compensée avec la quête de la connaissance d'un continent qui avait été oublié de manière flagrante. Dans le respect de la loi no 10.639/03 (qui rend obligatoire l'inclusion dans le programme d'enseignement des établissements publics et privés d'enseignement dans le pays, des études sur les contributions des peuples africains dans le pays), le CAp-UFPE offrent la discipline "Afrique : cinéma, géographie et politique" dans le cadre du programme diversifié, outre le cours de l'extension "Cinéma en salle de classe", avec l'objectif de permettre l'étude de l'Afrique de films produits avec des thèmes associés à ce continent avec le contenu d'autres allégements aériens pour la connaissance. Ainsi, cette œuvre a été composée dès les stades dans ce processus, qui consiste à au-delà de la présentation de films, lecture de textes choisis et les débats sur le sujet traité. Les conclusions de cette étude, nous pensons que la réalisation de la discipline du programme diversifié sur l'Afrique, parallèlement à l'activité de l'extension, rendu possible la construction des stades de formation de connaissances afin de réaliser un véritable apprentissage.

Mots clés: Programme d'études au Brésil, Afrique, Enseignement et d'apprentissage.

Introdução

No início do século XX, o sistema educacional auferiu a responsabilidade de demandar a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de

2003, tornou imprescindível o ensino da história e da cultura africana e a afro-brasileira no currículo da educação regular.

A Conferência de Durban, em 2001, realizada na África do Sul, abordou um extenso leque de temas, entre os quais vale destacar a ponderação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as reformas correspondentes a discriminação; a avaliação dos obstáculos que evitam esse avanço em seus múltiplos contextos; bem como a proposta de medidas de combate às demonstrações de racismo e intolerâncias.

Na citada conferência, no caso brasileiro, chegou-se a um acordo que para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal seria imprescindível a implantação de políticas públicas para a supressão das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente suporta, e ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os estados nacionais africanos e organismos internacionais.

Essa pressão internacional, seria na verdade uma política compensatória para implementação de uma série de ações com relação aos países que participaram da exploração da África, seja de sua terra ou de seus habitantes, em algum período histórico.

De qualquer forma, essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por instituir, por meio do currículo escolar, um ambiente de diálogo e de aprendizagem visando instigar o conhecimento sobre a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Contribui, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros as novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, colabora para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da heterogeneidade étnica e racial brasileira.

Metodologia

A Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003¹, que tornou obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos escolares de nível fundamental

¹ Determina que: “Art. 26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os

e médio, provocou uma busca acentuada pela formação de conhecimentos referentes ao continente africano em toda a sua diversidade. A África sempre esteve próxima do Brasil no período colonial e pós-colonial enquanto fornecedora de mão de obra escrava, mas o sistema de ensino brasileiro sempre esteve muito mais ligado à Europa, enquanto receptor de um legado cultural e social historicamente montado nos moldes de uma civilização cristã, europeia e capitalista. Por isto a África nunca havia sido priorizada nos programas educacionais brasileiros. E por este motivo, a aprovação da lei trouxe entusiasmo aos educadores do país, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu uma grande inquietação: como ensinar o que mal conhecemos?

As contribuições culturais africanas, relegadas a segundo plano, ou praticadas de forma escondida e silenciosa, devido à ação proibitiva do Estado, ou camufladas diante do preconceito legitimado nas ações religiosas e conservadoras fez com que a principal referência africana no estudo geral da história fosse associada ao tráfico negreiro, sem considerar sua história, filosofia, valores, crenças e culturas. Isto fez com que a África não tivesse recebido o reconhecimento adequado nos estudos acadêmicos e escolares. Isto ainda se reflete no desconhecimento de nossas raízes culturais africanas e nos preconceitos generalizados em relação à cultura afro, além do olhar enviesado que concebe o continente africano fora de sua complexidade ou mesmo como sendo um território homogêneo.

No Brasil, dois fatores fundamentais formaram esta concepção da África como continente inferior: a autoridade europeia no registro de uma raça subserviente a ser dominada, com a identificação do modelo europeu como sociedade de referência, fato facilmente remitido no Brasil, e ao mesmo tempo a imagem construída internamente em relação aos africanos, de um povo escravizado, marginalizado, desprovido de cristandade, desorganizado socialmente.

A negação da matriz afro na cultura nacional foi fortalecida ainda mais com o alarde do mito da democracia racial, que propagava a singularidade da miscigenação na formação do povo brasileiro, o que tornava sem sentido qualquer tentativa de pleitear políticas públicas para negros, já que estes eram democraticamente iguais aos brancos. Ao mesmo tempo, as referências às culturas africanas foram associadas à decadência, selvageria e paganismo, o que viciou até mesmo os próprios brasileiros afrodescendentes, que assim procuraram se distanciar de suas origens.

Por estes motivos, o estudo dos povos e culturas africanas nunca esteve em evidência nos currículos escolares e, desse modo, escolas, editoras, professores e acadêmicos rejeitaram a compreensão da vida social no continente vizinho como partícipe de nossa formação cultural. Daí a necessidade e importância da Lei nº 10.639/03 na formação educacional de professores e estudantes das redes de ensino do país, bem como na busca da apropriação de conhecimentos da África, o que deve ocorrer não apenas por exigência legal, mas em entendimento a sua relevância na história da humanidade e reconhecimento de sua efetiva participação na formação econômica, política e cultural do Brasil.

O Currículo escolar, de modo mais amplo, representa as experiências pedagógicas vivenciadas sob a orientação da escola, sejam elas referentes a conhecimentos, valores, costumes, entre outros, caracterizando-se, assim, como um processo sociocultural, que reflete uma concepção de mundo, de educação e de sociedade. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 33) orientam que “espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos ocorre deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior”.

Desse modo o currículo deve possibilitar a “construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los,” (VEIGA NETO, 2002, p. 7). A cultura, por sua vez, definida por Tylor (2013) como: “conjunto de todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” torna-se conteúdo da educação e se reflete diretamente na opção currículo que servirá a determinada sociedade.

O que podemos verificar ao longo da história da sociedade brasileira, é que educação formal ou escolar, vem privilegiando em seu currículo a reprodução da cultura da classe dominante em detrimento da cultura de grupos sociais marginalizados por essa mesma cultura, como negros e indígenas. Porém, o que se percebe atualmente é que, com a ampliação do debate sobre pluralismo cultural, vem ganhando força a luta pelo reconhecimento da importância desses grupos na construção do patrimônio cultural brasileiro. Tudo isso irá colaborar para uma concepção que segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação (BRASIL, 1998, p. 38).

Desse modo, podemos perceber a importância e a influência do currículo enquanto instrumento de formação e transformação cultural de um povo, sendo, portanto um elemento indissociável de uma educação que visa proporcionar uma formação baseada no reconhecimento e respeito dos diversos grupos que compõe nossa sociedade.

O uso de recursos midiáticos não tem o sentido de suspender a leitura ou o uso de outras linguagens, nem mesmo de outros recursos multimídias, mas sim de auxiliá-los (FREIRE & CARIBÉ, 2013). O recurso fílmico não deve ser adotado aleatoriamente ou de forma indiscriminada. O seu emprego como estratégia de ensino é recomendado, quando puder contribuir significativamente com o desenvolvimento da aula, já que nem todos os temas podem ser empreendidos a partir da linguagem fílmica. Ao adotar um filme, recomenda-se fazer analogias a outras fontes, concepções, métodos e técnicas já adotadas em sala de aula. O filme pode ter a função de explorar novos conceitos, motivar o aluno aos estudos, despertar a curiosidade à pesquisa, transmitir informações complementares e relacionadas aos conteúdos trabalhados na aula, ou seja, vídeos e textos, incluindo o livro didático, fichas de leitura, artigos acadêmicos, notícias de jornais, dentre outras produções escritas, devem se complementar.

É preciso que o professor tenha interesse por este instrumento de ensino e possibilidade de acesso aos recursos necessários a sua execução. Em investigação sobre o uso do vídeo em aula, Nascimento (2008) percebeu que a maioria dos professores não utiliza filmes por não ter habilidade em manusear aparelhos eletrônicos, ou por não encontrar filmes didáticos apropriados nas locadoras, ou ainda pelo fato das escolas onde trabalham não possuírem um espaço adequado para a exibição. Por esses motivos, o cuidado operacional e o cuidado pedagógico são essenciais ao professor para esse tipo de atividade educativa. Esses cuidados envolvem, desde a preparação para a aula, com a verificação dos equipamentos audiovisuais e a adequada seleção dos filmes e dos textos complementares, até a execução e o fechamento do trabalho.

Análise dos resultados

Com as mais diversas abordagens de conteúdos culturais, econômicos, sociais e políticos, os filmes aqui apresentados nos permitem a compreensão dos fatos, a comparação entre diferentes grupos e a narrativa contextualizada de aspectos que envolvem o continente africano em sua diversidade e complexidade diante do quanto desconhecemos esta parte do planeta e do quanto precisamos saber sobre ela. Os filmes com temáticas africanas (que trazem abordagens de questões reais que envolvem este continente e são de interesse mundial, mesmo que tenham sido produzidos em qualquer outra parte do mundo), que foram selecionados para compor este trabalho apresentam uma linguagem em ação que pode ser utilizada como prática discursiva em sala de aula para o entendimento de uma realidade. Por meio de uma linguagem dialógica, cada filme propicia narrativas e encenações sobre problemáticas pontuais, como racismo, justiça, direitos humanos, pobreza, colonização, diversidade étnica, resistência cultural e etnocentrismo. As cenas são apresentadas numa narrativa construída, enquanto prática cultural e discursiva, que possibilita uma multiplicidade de representações e percepções sobre o mundo observado e sobre as ações dos sujeitos envolvidos.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi ofertada a disciplina “*África: cinema, geografia e política*”, em 2013, como Parte Diversificada – PD do currículo do Ensino Médio para as turmas do 2º ano do Colégio de Aplicação (CAp) do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, em conjunto com o curso de extensão “O Cinema na Sala de Aula”, este ocorrendo paralelamente com a disciplina, contando com a participação de alguns alunos das licenciaturas da área de ciências humanas, como: sociologia, geografia e história. Esta PD, junto com o curso de extensão, objetiva o estudo da África a partir de filmes produzidos com temáticas relacionadas a esse continente, tendo como subsídio os conteúdos da Sociologia e da Geografia Regional do Mundo, a saber, o estudo das paisagens, sociedade, cultura, política, geopolítica e geoeconomia africana. Os encontros para apresentação dos filmes, leitura de textos selecionados e debates sobre a temática abordada ocorreram nas dependências do CAp. Nestes encontros, cada membro participante analisou cenas específicas dos filmes selecionados e se expressou em relação às questões abordadas. As narrativas foram apresentadas e debatidas por todos os participantes. Em outro momento, cada estudante escolheu um filme, sobre o qual desenvolveu sua análise considerando os aspectos fílmicos, os temas abordados, os debates e a contextualização do fato retratado no enredo fílmico, resultando em artigos produzidos pelos estudantes.

Conclusão

A realização desta disciplina da PD sobre a África, em conjunto com a atividade de extensão desenvolvida pelo projeto “O Cinema em Sala de Aula”, com o apoio da PROEXT-UFPE (Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco), possibilitou a construção de etapas de formação do conhecimento de forma a concretizar uma aprendizagem real e significativa na qual se constatou, entre os estudantes: a) *a curiosidade*, sendo essa etapa o processo de pesquisa que sucedeu o momento de exibição e precedeu o debate do filme, permitindo aos estudantes a assimilação de conceitos, teorias e teses, desencadeando um interesse pelo aprofundamento dos conteúdos expostos no filme; b) *a autonomia*, com a realização de estudos desenvolvidos pelos estudantes, sendo possível perceber a independência para selecionar os diversos textos sugeridos, além de buscar outras fontes, de modo a chegar ao melhor resultado possível durante os debates e redação dos artigos, utilizando-se dos melhores argumentos com base na literatura sugerida e pesquisada; c) *a originalidade*, mesmo usando como base uma estratégia comum, foi possibilitada aos estudantes, a partir do trabalho desenvolvido, a manifestação de ideias originais durante os debates e a elaboração das análises individuais e coletivas; e d) *a iniciativa*, com a observação, comparação e confecção de mapas² que ilustram a localização do espaço estudado.

A limitação deste projeto se deu por não permitir aplicar os estudos a todas as regiões africanas, inclusive deixando de fora algumas historicamente mais ligadas a nossa cultura. Também deixamos de fora a África Mediterrânea, apesar da rica produção fílmica desta região. Isto por limitações temporais e não por exclusão definida. Apesar de a Lei parecer restringir a obrigatoriedade do ensino sobre a África à região subsaariana, ou seja, à influência da África negra em nossa história e cultura, compreendemos a importância de estudar o continente africano como um todo, em toda a sua diversidade e complexidade. Mesmo porque, se fossemos intencionalmente considerar apenas a África Subsaariana, teríamos a ciência de que nem todos os povos dessa parte do continente contribuíram com nossa formação cultural. A grande maioria dos escravos sequestrados para o Brasil provinha da costa atlântica africana (FERREIRA & FERNANDES, 2005). As regiões do norte e oriental da África não participaram do tráfico de escravos. Assim, não separaremos o continente mais uma vez, como já fizeram os colonizadores europeus, principalmente por este trabalho estar

² Nos mapas apresentados nesta obra não há o emprego de escalas. São meras adaptações elaboradas pelos próprios autores com a finalidade de ilustrar a identificação do lugar.

voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, onde qualquer forma de exclusão, mesmo as referenciais, não são salutares.

Referências

Brasil. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

Brasil. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade e cultura. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Ferreira, J.P.M.H. & Fernandes, L.E.O. **Nova história integrada**. Campinas, SP: Cia. da Escola, 2005.

Freire, L.A. & Caribé, A.L. **O filme em sala de aula**: como usar. Revista eletrônica o olho da história. Disponível em <www.oohodahistoria.ufba.br>, acessado em 18/04/2013.

Nascimento. J.C. **Cinema e ensino de história**: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. Fênix - Revista de história e estudos culturais, ano 5, v. 5, n. 2, jun, 2008.

Veiga Neto, A. **De geometrias, currículo e diferenças**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, SP, v. 23, ago, 2002.

Tylor, E.B. **Infopédia**. Porto, Portugal. Disponível em: <[www.infopedia.pt/\\$edward-burnett-tylor](http://www.infopedia.pt/$edward-burnett-tylor)>. Acessado em 25/04/2013.